

The cover art features a magnifying glass in the upper left corner, focusing on the title. The background is a collage of a Brazilian flag (yellow, green, and blue) with the motto 'ORDEM E PROGRESSO' on a white band. In the foreground, there is a sand sculpture of a human head. A blue banknote with the number '1000' is visible in the lower right. The overall theme suggests a search for truth or investigation in the field of administrative law.

Improbidade Administrativa

2ª edição
ampliada e atualizada

Bibliografia
2015

Biblioteca Ministro Adhemar Maciel – TRF1

Improbidade administrativa:

Meta 18

Bibliografia

2. ed.

Ampliada e Atualizada

Biblioteca Ministro Adhemar Maciel

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

2015

Apresentação

Entre as metas específicas de 2015 do Conselho Nacional de Justiça para a Justiça Federal, está a de julgar a quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Estabeleceu-se o prazo de até 31/12/2015, para identificar e julgar pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes de improbidade administrativa, distribuídas até 31/12/2013.

Com o intuito de subsidiar os magistrados nessa demanda, a Biblioteca do Tribunal Regional Federal da Primeira Região agrupou as referências bibliográficas sobre o tema, nacionais e estrangeiras, do período de 2013 a 2015. Os itens estão reunidos e organizados em livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, ora apresentados neste documento.

Os documentos que não apresentarem o *link* para acesso à internet poderão ser solicitados cópia ou empréstimo pelo email sereu@trf1.jus.br ou nos telefones: (61) 3314-5342 e (61) 3314-5213

O empréstimo na Biblioteca do TRF1 é permitido aos magistrados federais, servidores da justiça federal e a outras instituições, por meio do intercâmbio entre bibliotecas.

1. Livros da Rede Pergamum

Solicitar empréstimo: sereu@trf1.jus.br ou sebib.pi@trf1.jus.br. Os livros poderão ser enviados por malote para outros estados

1. [ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. **Interesses difusos e coletivos**: esquematizado. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2014. 830 p. ISBN 9788530952761.](#)
2. [BUENO, Jorge Arbex. **Teoria da ação de improbidade administrativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. 125 p. ISBN 9788584400003.](#)
3. [BEZERRA FILHO, Aluízio. **Atos de improbidade administrativa: Lei 8.429/92** : anotada e comentada. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2014. 747 p. ISBN 9788536247465.](#)
4. [CONCEIÇÃO, Tiago de Menezes. **Direitos políticos fundamentais e sua suspensão por condenação criminal e por improbidade administrativa**. 3. ed. ver. e atual. Curitiba: Juruá, 2014. 244 p. ISBN 9788536245447.](#)
5. [CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito administrativo**. 13. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2014. 598 p. ISBN 9788544200865.](#)
6. [DECOMAIN, Pedro Roberto. **Improbidade administrativa**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2014. 494 p.](#)
7. [DIAS JUNIOR, José Armando Ponte. **Elegibilidade e moralidade: o direito fundamental à moralidade das candidaturas**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2014. 283 p. ISBN 9788536245478.](#)
8. [DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 1.038 p. ISBN 9788522497201.](#)
9. [DOMINGUES FILHO, José. **Lei de improbidade administrativa: aplicada**. Campo Grande: Contemplan: 2014. 221 p. ISBN 9788563540546.](#)
10. [FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa: doutrina, legislação e jurisprudência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xv, 579 p. ISBN 9788522485796.](#)
11. [GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Comentários à lei de improbidade administrativa: lei 8.429, de 02 de junho de 1992**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 432 p. ISBN 9788520353585.](#)
12. [GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. 1.232 p. ISBN 9788502228153.](#)
13. [GIACOMUZZI, José Guilherme. **A moralidade administrativa e a boa-fé da administração pública: \(o conteúdo dogmático da moralidade administrativa\)**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2013. 343 p. ISBN 9788539201990.](#)

14. LEAL, Rogério Gesta; SILVA, Ianaiê. **As múltiplas faces da corrupção e seus efeitos na democracia contemporânea**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014. 225 p. Disponível em: http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/as_multiplas_faces_re_d.pdf#page=73>. Acesso em: 16 set. 2015. **(Livro eletrônico)**
15. [LIMA, Fábio Lucas de Albuquerque. **Elementos de direito administrativo disciplinar: conforme a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as alterações da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 235 p. ISBN 9788577008094.](#)
16. [LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Recena; AURELLI, Arlete Inês \(Coord.\). **Improbidade administrativa: aspectos processuais da Lei nº 8.429/92**. São Paulo: Atlas, 2013. 415 p. ISBN 9788522475926.](#)
17. [MACHADO, Agapito. **Crimes funcionais comuns**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 158 p. ISBN 9788530949327.](#)
18. [MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **Inquérito civil e ação civil pública de improbidade administrativa: limites de instauração**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 557 p. ISBN 9788530956905.](#)
19. [NEIVA, José Antonio Lisboa. **Improbidade administrativa: legislação comentada artigo por artigo : doutrina, legislação e jurisprudência**. 4. ed., rev. e atual. Niterói: Impetus, 2013. 401 p. ISBN 9788576266730.](#)
20. [NEIVA, José Antonio Lisboa. **Improbidade administrativa: legislação comentada artigo por artigo : doutrina, legislação e jurisprudência**. 5. ed., rev. e atual. Niterói: Impetus, 2013. 423 p. ISBN 9788576267423.](#)
21. [NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Manual de improbidade administrativa: direito material e processual**. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Método, 2015. 302 p. ISBN 9788530960315.](#)
22. [OSÓRIO, Fábio Medina. **Teoria da improbidade administrativa: má gestão pública, corrupção, ineficiência**. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 430 p. ISBN 978852034784.](#)
23. [RIZZARDO, Arnaldo. **Ação civil pública e ação de improbidade administrativa**. 3. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. xvi, 612 p. ISBN 9788530955069.](#)
24. [SIMÃO, Calil. **Improbidade administrativa: teoria e prática**. 2.ed. rev., atual., ampl. Leme: J. H. Mizuno, 2014. 1113 p. ISBN 9788577891894.](#)

2. Artigos eletrônicos

1. ARAÚJO, Fábio José Silva de. Aspectos polêmicos acerca do "carona" em licitação com ata de registro de preços. **Revista Controle**, v. 12, n. 1, p. 137-162, jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://www.tce.ce.gov.br/component/jdownloads/finish/356-revista-controle-volume-xii-n-1-junho-2014/2433-artigo-9-aspectos-polemicos-acerca-do-carona-em-licitacao-com-ata-de-registro-de-precos?Itemid=0>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
2. BARBOSA, Bruno de Andrade. Há responsabilidade do parecerista jurídico no processo licitatório? **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 32, n. 1, p. 37-52, jan./mar. 2014. Disponível em: < <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/2381.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
3. BITTAR, Nilza. A competência para processar e julgar ações civis públicas que contenham pedido de perda de cargo de agente político. **Justiça & Cidadania**, n. 167, p. 24-29, jul. 2014. Disponível em: < <http://www.editorajc.com.br/2014/07/competencia-para-processar-e-julgar-acoes-civis-publicas-que-tenham-pedido-de-perda-de-cargo-de-agente-politico/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
4. BRASIL. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Módulo 2: A ética da vida pública: cidadania e serviço público no Brasil. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1885>>. Acesso em: 16 set. 2015.
5. CAMMAROSANO, Márcio. Improbidade administrativa e a jurisprudência do STJ : o esvaziamento do dolo nos arts. 9.º e 11, a e inconstitucionalidade da culpa no art. 10 da Lei 8.429-1992. **Revista CEJ**, v. 17, n. 61, p. 115-121, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/1835/1793>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
6. COPOLA, Gina. As parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil: a improbidade administrativa (Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014). **ACOPESP**: Associação Dos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo. Agosto, 2014. Disponível em: < <http://www.acopesp.org.br/artigos/Dra.%20Gina%20Copola/gina%20artigo%20105.pdf> > Acesso em: 1 set. 2015.
7. _____. Peça prática: contestação em ação de improbidade administrativa. **ACOPESP**: Associação Dos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo. Novembro, 2013. Disponível em: <<http://www.acopesp.org.br/artigos/Dra.%20Gina%20Copola/gina%20artigo%2096.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2015.
8. _____. Três temas atuais e controvertidos: 1. Contratação de advogado por prefeitura que possui procuradoria jurídica é ato de improbidade? 2. Ação de improbidade sem provas robustas é lícita? 3. É possível a cassação de mandado já cumprido? **ACOPESP**: Associação Dos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo. Março, 2014. Disponível em:

- <<http://www.acopesp.org.br/artigos/Dra.%20Gina%20Copola/gina%20artigo%20100.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2015.
9. _____. O Cadastro Nacional de Condenados por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade. **Boletim de Direito Municipal**, v. 30, n. 9, p. 665-669, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.acopesp.org.br/artigos/Dra.%20Gina%20Copola/gina%20artigo%2098.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2015.
 10. FERNANDES, Pedro Onofre. Auditoria fiscal: instrumento de combate à corrupção. In: REFORMA tributária: um caminho para a justiça fiscal, 2014. p. 46-52. Disponível em: <<http://www.sindifisconacional.org.br/images/institucional/congressos/conaf2014/CadernoTesesConaf2014.pdf#page=47>>. Acesso em: 16 set. 2015.
 11. FERNANDEZ, Atahualpa. Corrupção pública e apatia social. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3555, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/24043>>. Acesso em: 22 set. 2015.
 12. HARGER, Marcelo. Aspectos inconstitucionais da Lei de improbidade administrativa. **JusBrasil**, 2014. Disponível em: <<http://marceloharger.jusbrasil.com.br/artigos/137846854/aspectos-inconstitucionais-da-lei-de-improbidade-administrativa>>. Acesso em: 1 set. 2015.
 13. KIM, Richard Pae. O conteúdo da moralidade na lei de improbidade administrativa: obrigação à conduta do homem público e direito fundamental difuso do cidadão. **Revista de Direito Administrativo**, v. 266, p. 125-166, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/32143>>. Acesso em: 1 set. 2015.
 14. LIBERATTI, Giovana de Oliveira. Os sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa e a responsabilidade do agente político. **Conteúdo Jurídico**, março de 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,os-sujeitos-ativos-de-atos-de-improbidade-administrativa-e-a-responsabilidade-do-agente-politico,47484.html>>. Acesso em: 1 set. 2015.
 15. LUTAIF, Michel Kurdoglian. **Relatório Parcial de Pesquisa**: "Brasil, 25 anos de democracia e políticas públicas para o direito à educação: análise dos projetos de lei não aprovados no Congresso Nacional entre 1995 e 2010". Disponível em: <http://www.nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_69_Lutaif_Michel_relato%20C3%B3rio%20Parcial.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.
 16. MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Improbidade administrativa e a aplicação da pena de perda da aposentadoria. 2014. Disponível em: <http://www.gomesdemattos.com.br/artigos/improbidade_administrativa_aposentadoria.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.
 17. _____. Apontamentos sobre a situação jurídica do particular/terceiro na Lei n.8.429/92 : aplicação da teoria da equivalência dos antecedentes causais na improbidade administrativa. 2013. Disponível em: <<http://www.gomesdemattos.com.br/artigos/particular.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2015.

18. MAZZEI, Rodrigo. Primeiras linhas sobre a responsabilidade pelos danos decorrentes da efetivação de tutelas de urgência em caso de "insucesso final" da ação de improbidade administrativa. **RKL Advocacia**. 2014. Disponível em: <http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20140903140032.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.
19. MOREIRA, Rômulo de Andrade. A perda dos direitos políticos, a prática do ato de improbidade administrativa e a Constituição federal. **JusNavigandi**, Teresina, ago. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30554/a-perda-dos-direitos-politicos-a-pratica-do-ato-de-improbidade-administrativa-e-a-constituicao-federal>>. Acesso em: 1 set. 2015.
20. OHLWEILER, Leonel Pires. O assédio moral na administração pública, dignidade humana e improbidade administrativa: questões hermenêuticas sobre a efetividade do direito administrativo. **Direitos Fundamentais e Justiça**, v. 8, n. 27, p. 174-202, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/27_Comentario_de_Jurisprudencia.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.
21. SALDANHA, Alexandre de Moraes. Da legitimidade ativa da Defensoria Pública para a propositura de demandas pela prática de atos de improbidade administrativa. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 7, p. 57-76, jan./dez. 2014. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/download/6032/3306>>. Acesso em: 1 set. 2015.
22. SILVA JÚNIOR, Fernando Ferreira da; COUTO, Alessandro Buarque. O ato administrativo e a improbidade administrativa. **Revista do Curso de Direito**, Aracaju, v. 8, n. 1, set. 2014. Disponível em: <http://app.fanese.edu.br/rd_direito/wp-content/uploads/2014/10/2014-006-O-ATO-ADMINISTRATIVO-E-A-IMPROBIDADE-ADMINISTRATIVA-1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.
23. SOARES, Wilcinete Dias. Análise sobre a sujeição dos agentes políticos à lei de improbidade administrativa. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/analise_da_sujeicao_dos_agentes_politicos_a_lei_de_improbidade_administrativa_0.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.
24. SUNDFELD, Carlos Ari. Contratação sem licitação para o desenvolvimento institucional (art. 24, XIII da Lei n. 8.666/1993): limites e controle. **Revista de Direito Administrativo**, Belo Horizonte, n.267, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://dspace.xmlui/bitstream/item/16749/PDlexibepdf.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

3. Artigos

*As cópias dos artigos abaixo poderão ser solicitadas à Biblioteca Ministro Adhemar Maciel do TRF1 pelo email: sereu@trf1.jus.br

1. AMBRIZZI, Tiago Ravazzi. Notas sobre a indisponibilidade de bens na Lei geral de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, v. 39, n. 229, p. 305-338, mar. 2014.
2. ANDRADE, Francisco Rabelo Dourado de. Presunção de enriquecimento ilícito e inversão do ônus da prova na ação de improbidade administrativa. **L & C: Revista de Direito e Administração Pública**, v. 16, n. 182, p. 36-37, ago. 2013.
3. ANTUNES, Nathália Macedo. As aporias da decisão do Supremo Tribunal Federal na reclamação nº 2.138/DF no que se refere aos agentes políticos acusados de atos de improbidade. **Revista Jurídica de Jure**, v. 12, n. 21, p. 367-407, jul./dez 2013.
4. BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. O microsistema de proteção da probidade administrativa, constituição e gestão pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, v. 12, n. 133, p. 40-45, jan. 2013.
5. BERTUOL JUNIOR, Altecir. O afastamento cautelar do agente público ímprobo sob novo panorama. **Consulex: Revista Jurídica**, v. 17, n. 405, p. 48-50, dez. 2013.
6. _____. Sobre a coisa julgada na ação de improbidade administrativa. **L & C: Revista de Direito e Administração Pública**, v. 17, n. 189, p. 16-19, mar. 2014.
7. BORGES, Maria Cecília. Da aplicação das sanções de multa e ressarcimento ao erário pelos tribunais de contas e de sua transmissibilidade aos sucessores do gestor público falecido. **Revista Controle**, v. 11, n. 1, p. 18-28, jan./jun. 2013.
8. BORTONCELLO, Luís Gustavo Patuzzi. A alienação antecipada de bens na ação civil pública por ato de improbidade administrativa. **Revista JUS**, v. 45, n. 30, p. 79-91, jul./dez. 2014.
9. BUENO, Cassio Scarpinella. Julgamento parcial na "ação de improbidade administrativa". **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo**, v. 2, n. 6, p. 147-156, mar. 2014.
10. BUTELER, Alfonso. El control de la corrupción en el derecho comparado : los casos de Argentina, Brasil y España. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, v. 13, n. 53, p. 23-43, jul./set. 2013.
11. COPOLA, Gina. Os 20 anos da lei de improbidade administrativa e o estado democrático de direito. **L & C: revista de direito e administração pública**, v. 15, n. 173, p. 19-22, nov. 2012. **Revista Síntese Responsabilidade Pública**, v. 3, n. 14, p. 37-41, abr./maio, 2013.
12. DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Da nomeação de administrador judicial como medida liminar em ações penais e ações civis por ato de improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Infraestrutura**; v. 3, n. 5, p. 53-62, jan./jun. 2014.

13. DIAS, Jean Carlos. Admissibilidade e julgamento na ação de improbidade. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 129, p. 46-55, dez. 2013.
14. FONSECA, Pedro Henrique Maciel. Competência para julgamento de ações de improbidade contra agentes políticos na jurisprudência dos tribunais superiores. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 120, p. 46-65, mar. 2013.
15. _____. Improbidade é sinônimo de desonestidade? **Boletim de Direito Municipal**, v. 29, n. 1, p. 13-18, jan. 2013.
16. CAMBI, Eduardo. Foro por prerrogativa de função nas ações civis públicas por improbidade administrativa. **Revista de Processo**, v. 39, n. 233, p. 215-240, jul. 2014.
17. CHAI, Cássius Guimarães. A corrupção e a teoria da escolha racional. In: COURA, Alexandre de Castro; CHAI, Cássius Guimarães (Org.). **Mediação, Sistema de Justiça e Administração Pública: o Poder Judiciário, O Ministério Público e a Advocacia Pública**. Rio de Janeiro: Global Mediation, 2014. p. 13-42. Disponível em: <http://globalmediation.org/downloads/livro-grupo-1.pdf#page=21>>. Acesso em: 15 set. 2015.
18. COSTA, Elisson Pereira da. Sanções da Lei de improbidade administrativa. **Repertório IOB de Jurisprudência** : tributário, constitucional e administrativo, n. 3, p. 111-109, 1. quinz. fev. 2015.
19. DIANA, Gisele Novack. Ação civil pública de improbidade administrativa e competência da justiça do trabalho. **Revista Fórum Trabalhista**, v. 3, n. 13, p. 9-38, jul./ago. 2014.
20. DIP, Ricardo. Tipo objetivo e personalização penal na Lei 12.846/2013. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 103, n. 947, p. 257-266, set. 2014.
21. FERREIRA, Hélio Rios. Sanções da Lei de improbidade administrativa. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 10, n. 111, p. 84-97, mar. 2015.
22. FONSECA, Pedro Henrique Maciel. Competência para julgamento de ações de improbidade contra agentes políticos na jurisprudência dos tribunais superiores. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 120, p. 46-65, mar. 2013.
23. FORMIGA, Adriano N.P.F. Ação de improbidade administrativa. **Valor Econômico**, v. 15, n. 3661, dez. 2014. Legislação e tributos, p. E2.
24. FRIDRICZEWSKI, Vanir. Provimentos urgentes e ações civis públicas de improbidade administrativa: considerações sobre a efetividade do processo. **Interesse Público**, v. 16, n. 84, p. 117-133, mar./abr. 2014.
25. FURTADO, J. R. Caldas. A lista dos gestores com contas irregulares : dúvidas a dissipar. **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**, v. 31, n. 59, p. 37-42, dez. 2014.
26. GARCIA, Emerson. Improbidade é sinônimo de desonestidade? **JAM Jurídica: administração pública, executivo & legislativo, administração municipal**, v. 18, n. 3, p. 3-9, mar. 2013.

27. GALLUCCI, Mariângela. "Há muito juiz para botar pra fora", afirma Barbosa. **O Estado de São Paulo**, p. A07, 20 mar. 2013
28. GUASQUE, Luiz Fabião. A lei de improbidade administrativa e o controle dos motivos do ato do agente público. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 175-181, jan./mar. 2014.
29. KIRCHNER, Felipe. A legitimidade da defensoria pública para o manejo de ação civil pública por ato de ação civil pública por ato de improbidade administrativa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 102, n. 929, p. 361-415, mar. 2013.
30. LEAL, Rogério Gesta. Os bens jurídicos tutelados na Lei de improbidade administrativa e o dever de correspondência dos agentes públicos em face das responsabilidades jurídicas consectárias. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, v. 13, n. 53, p. 75-103, jul./set. 2013.
31. LENZ, Luis Alberto Thompson Flores. Improbidade administrativa. Condenação. Determinação da perda da função pública (vereador). Cumprimento imediato da decisão frente ao caráter protelatório dos recursos empregados, o que evidencia abuso processual. Ausência de afronta ao disposto no artigo 20 da Lei de improbidade. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 9, n. 100, p. 211-215, abr. 2014.
32. LESSA, Sebastião José. Crimes contra a administração pública: corrupção passiva (simples e qualificada). Corrupção passiva e ato de ofício. Qualidade da prova. Transgressão disciplinar. Vantagem indevida. Infração formal. Improbidade administrativa. Enriquecimento ilícito. Legalidade e proporcionalidade. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 8, n. 96, p. 124-144, dez. 2013.
33. _____. Organizações criminosas: investigação criminal: meios de obtenção de prova: infrações penais correlatas: procedimento criminal (lei n. 12.850/2013): funcionário público envolvido nas organizações criminosas : colaboração premiada: perdão judicial: extinção da punibilidade : independência das instâncias : efeitos : improbidade administrativa : enriquecimento ilícito : pessoas jurídicas : responsabilização por atos contra a administração pública (lei n. 12.846/2013) : questões e debates. **Fórum Administrativo**, v. 14, n. 157, p. 61-67, mar. 2014.
34. LEVIN, Alexandre. Atos de improbidade administrativa praticados contra a ordem urbanística : estudo sobre o art. 52 do Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, v. 3, n. 8, p. 125-150, maio/ago. 2014.
35. LIMA, Augusto Rodrigues da Cunha. O enfrentamento da corrupção a partir do fortalecimento da advocacia pública municipal, dos órgãos de controle e da atuação preventiva do Ministério Público. **Revista do Tribunal de Contas da União**, v. 45, n. 126, p. 52-65, jan./abr. 2013.
36. LIMA, Elias Cabral de Souza. Do prazo de veiculação do nome no cadastro nacional de condenados por ato de improbidade administrativa e ato que implique inelegibilidade. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 27, n. 47, p. 3-4, 25 nov. 2013.
37. LIMA, João Paulo Kemp. A improbidade administrativa frente os princípios constitucionais da administração pública e sua efetividade perante a esfera eleitoral. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, v. 6, n. 10, p. 153-166, jan./jun. 2014.

38. MARIN, Brunna Helouise. As alterações introduzidas pela LC nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). **Estudos Eleitorais**, v. 8, n. 2, p. 9-38, maio/ago. 2013.
39. MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Apontamentos sobre a situação jurídica do particular/terceiro na Lei nº 8.429/1992 : aplicação da teoria da equivalência dos antecedentes causais na improbidade administrativa. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 8, n. 93, p. 59-81, set. 2013.
40. MELO, André Luís Alves de. Ação por improbidade não é ação civil pública. **L & C: Revista de Direito e Administração Pública**, v. 16, n. 185, p. 26-27, nov. 2013.
41. MOÇA, Ricardo Benetti Fernandes. O retorno da polêmica do foro por prerrogativa de função nas ações por ato de improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Direito Público**, v. 11, n. 43, p. 209-251, abr./jun. 2013.
42. MOREIRA, Carlos Roberto Barbosa. Ação de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, v. 218, p. 313, abr. 2013.
43. MOREIRA, Rômulo de Andrade. A competência por prerrogativa de função e os agentes políticos. **Repertório IOB de Jurisprudência: civil, processual, penal e comercial**, n. 13, p. 484-479, 1. quinz. jul. 2013.
44. MOYSES, Natália Hallit. O terceiro como réu na ação de improbidade administrativa: reflexões sobre a regra de extensão do Art.3º da Lei nº 8.429/92 = The third as defendant at the administrative misconduct action: reflections on the rule of extension of art. 3, law nº 8.429/92. **Revista da AGU**, v. 12, n. 35, p. 309-318, jan./mar. 2013.
45. MUKAI, Toshio. Comentários à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Lei anticorrupção contra pessoa física e jurídica de direito privado. **JAM Jurídica: administração pública, executivo & legislativo, administração municipal**, v. 19, n. 1, p. 52-65, jan. 2014.
46. NAZARETH, Fábio Reis de. Ato de improbidade administrativa por frustração à licitude do processo licitatório ou dispensa indevida de licitação e a necessidade de provar e reparar o dano ao erário. **Revista JUS**, v. 44, n. 29, p. 57-66, jul./dez. 2013.
47. NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa: uma leitura do art. 11 da lei 8.429/92 à luz do principio da segurança jurídica. **Direito Federal: Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil**, v. 26, n. 93, p. 207-221, 2. sem. 2013.
48. NOBRE, Eduardo Maffia Queiroz. Conduta de beneficiário de improbidade. **Correio Braziliense**, n. 18704, 11/08/ 2014. Caderno Direito & Justiça, p. 1.
49. OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. O conflito de interesses como ato de improbidade administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, v. 3, n. 9, p. 79-141, set./dez. 2014.
50. _____. A tipificação e o sancionamento de ilícitos de agentes públicos e terceiros na Lei de acesso à informação pública e na Lei de improbidade administrativa. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 30, n. 9, p. 987-1019, set. 2014.

51. POZZO, Augusto Neves Dal. A responsabilidade dos agentes pela prática de atos ilícitos e de improbidade administrativa na lei de acesso à informação (lei n. 12.527/11). **Fórum Administrativo**, v. 14, n. 162, p. 9-12, ago. 2014.
52. SANTIN, Valter Foletto. Panorama da lei 12.846/2013 em improbabilidade empresarial. **Revista APMP**, v. 18, n. 58, p. 78-80, maio/ago. 2014.
53. SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Improbidade administrativa: o necessário meio-termo entre omissões e exageros. **Fórum Administrativo**, v. 14, n. 158, p. 17-27, abr. 2014.
54. SERRANO, Hermes Wagner Betete. A ação de improbidade administrativa como tutela da moralidade administrativa. **Fórum Administrativo**, v. 14, n. 165, p. 45-52, nov. 2014.
55. SILVA, Bruno Freire e. Algumas peculiaridades e polêmicas dos elementos da ação civil por improbidade administrativa. **Revista de Processo**, v. 39, n. 228, p. 261-281, fev. 2014.
56. SILVA, Marco Aurélio Souza da. A estratificação da infração administrativa : uma teoria geral ainda em construção na doutrina e na jurisprudência. **Fórum Administrativo**, v. 14, n. 160, p. 33-52, jun. 2014.
57. SOUSA, Guilherme Carvalho e. A contratação de advogados e a prática de atos de improbidade administrativa: o que o STJ vem decidindo. **L & C: Revista de direito e administração pública**, v. 17, n. 193, p. 23, jul. 2014.
58. _____. A discricionariedade na contratação pública emergencial e a possível ocorrência de atos de improbidade administrativa. **Fórum Administrativo**, v. 14, n. 156, p. 34-43, fev. 2014.
59. TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Interpretação do artigo 30 da Lei 12.846/2013. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 103, n. 947, p. 281-294, set. 2014.
60. TÔRRES, Susielle Rodrigues. Incidência da lei de improbidade administrativa no descumprimento de convênio "para melhor". **L & C: Revista de direito e administração pública**, v. 17, n. 197, p. 32-35, nov. 2014.
61. VIEGAS, Carlos Athayde Valadares. O regime de responsabilidade dos servidores contido nas Leis nºs 8.429/1992 e 8.666/1993 e o déficit de controle eficaz sobre os atos de improbidade administrativa. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 9, n. 106, p. 14-31, out. 2014.
62. VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Exoneração x demissão : efeitos da dispensa de cargo em comissão e função de confiança na administração pública e o due process of Law. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, v. 9, n. 101, p. 21-37, maio 2014.
63. OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. O afastamento cautelar de agentes públicos na Lei de Improbidade Administrativa. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, v. 2, n. 5, p. 9-50, maio/ago. 2013.

64. PEÑA, Eduardo Chemale Selistre. Os pressupostos para o deferimento da medida de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, v. 38, n. 224, p. 333-355, out. 2013.
65. RESENDE, Augusto César Leite de. Improbidade administrativa cultural. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, v. 12, n. 71, p. 23-35, set./out. 2013.
66. RIBEIRO, Rafael de Almeida. Nomeação de marido de vice-prefeita para cargo de secretário municipal e o nepotismo. **Boletim de Direito Municipal**, v. 29, n. 9, p. 580-588, set. 2013.
67. RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilização das pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, v. 10, n. 56, p. 5-39, set./out. 2013.
68. SAID, José Luis. Corrupción administrativa, democracia y derechos humanos. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, v. 13, n. 51, p. 15-27, jan./mar. 2013.
69. SAMUEL FILHO. Suspensão dos direitos políticos, lei de improbidade administrativa e lei da ficha limpa: o debate continua. **L & C: Revista de direito e administração pública**, v. 16, n. 177, p. 32-35, mar. 2013.
70. SILVA, Lorena Mesquita. Aplicabilidade da lei de improbidade administrativa aos agentes políticos sujeitos à lei de crimes de responsabilidade. **Fórum Administrativo**, v. 13, n. 150, p. 28-49, ago. 2013.
71. SOBRAL, Ricardo Miguel. A suspensão dos direitos políticos pela sentença penal transitada em julgado. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, v. 9, n. 52, p. 66-81, fev./mar. 2013.
72. SOUZA, Chayane Kuss de; MONTESCHIO, Horário. Da ação de improbidade administrativa: apontamentos sobre dolo e culpa. **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET: Caderno de produção do corpo Docente e Discente**, n. 13, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima13/15-Anima13-COPET-impobidade-Souza-Monteschio.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.
73. STEFANI, Licinio Carpinelli. Ação civil pública-improbidade administrativa - cumulação com pedido ressarcitório : considerações gerais, legitimação ordinária e extraordinária e prescrição. **Revista de Direito e Administração Pública**, v. 16, n. 185, p. 20-23, nov. 2013.
74. TAKAHASHI, Bruno. A solução consensual de controvérsias e o art. 17 § 1º, da Lei de Improbidade Administrativa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 102, n. 927, p. 23-41, jan. 2013.
75. TALAMINI, Eduardo. Momento de eficácia da sentença de procedência da ação de improbidade administrativa. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo**, v. 1, n. 0, p. 187-200, maio/jun. 2013.
76. TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna. Tutela da moralidade administrativa e garantias constitucionais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 102, n. 932, p. 23-50, jun. 2013.

77. TAMBELLINI, Guilherme Luis da Silva. Ação civil pública : condenação de servidor público efetivo ; improbidade administrativa ; proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. **Boletim de Direito Municipal**, v. 29, n. 3, p. 152-155, mar. 2013.
78. VAN DER BROOKE, Alexandre Moreira. A proibição de proteção deficiente e a inconstitucionalidade do artigo 20, da Lei n. 8.429/1991 = The prohibition of insufficient protection and the unconstitutionality of article 20 of the Law n. 8.249/1991. **Revista da Ajuris**, v. 40, n. 129, p. 13-36, mar. 2013.
79. VENÂNCIO, Denilson Marcondes. *Non bis in idem* e as sanções administrativa, improbidade e penal. Fórum administrativo, v. 13, n. 153, p. 26-40, nov. 2013. **L & C: Revista de direito e administração pública**, v. 16, n. 186, p. 18-25, dez. 2013.

4. Dissertações e teses

1. ABRÃO FILHO, Gabriel. **Aspectos materiais, processuais e procedimentais da ação civil por improbidade administrativa**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Direito)–Pontifícia Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5756>. Acesso em: 23 set. 2015.
2. ALMEIDA, Marcelo Eugênio Feitosa. **Medidas assecuratórias da efetividade da tutela judicial da probidade administrativa**. Recife, 2010. Dissertação (Mestrado em Direito)–Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=472>. Acesso em: 23 set. 2015.
3. ANJOS, Sílvio Marcos Almeida dos. **Moralidade administrativa e a polêmica sobre a improbidade administrativa dos agentes políticos**. 2009. 88 f. TCC (Especialização) Salvador: Juspodivm, 2009.
4. BORBA, Ana Paula de Mello. **A Imprescindibilidade da presença do elemento subjetivo do dolo para a configuração dos de improbidade administrativa**. 2011. 67 f. TCC (Especialização) Salvador: JusPodium, 2011.
5. CÂNDIDO, Felipe Fagundes. **Abordagem teórica e prática de aspectos polêmicos da Lei de Improbidade Administrativa**. Belo Horizonte, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8MREUM/felipe_fagundes_candido_disserta_o_mestrado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 set. 2015.
6. CALIXTO, Rubens Alexandre Elias. **Ação por improbidade administrativa: críticas e proposições**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Direito)–Pontifícia Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10983>. Acesso em: 23 set. 2015.
7. CARVALHO, Isabel Freitas de. **As medidas cautelares na lei de improbidade administrativa e sua eficácia**. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade de Fortaleza. Disponível em: <http://www2.unifor.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=823661>. Acesso em: 23 set. 2015.
8. CAVALCANTI, Fabrício José. **Improbidade administrativa e a observância dos princípios constitucionais da moralidade e eficiência**. Florianópolis, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito)–Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96453/302565.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 set. 2015.
9. CORDEIRO, Nathalia Rodrigues. **Accountability e reputação: financiamento de campanhas e reeleição de deputados envolvidos em escândalos de corrupção**. 2014. 204 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) –

- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Tese_PPED_Nathalia_Rodrigues_Cordeiro.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.
10. COPETO, Alexandra dos Santos. **Corrupção e desenvolvimento: compreender o sucesso das estratégias anticorrupção.** 2014. 48 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/7740>>. Acesso em: 16 set. 2015.
 11. FERREIRA, Luciano Vaz. **A construção do regime jurídico internacional antissuborno e seus impactos no Brasil: como o Brasil pode controlar o suborno praticado por empresas transnacionais?** 2015. 282 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109268/000950746.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 16 set. 2015.
 12. FIGUEIREDO, Vicente Cardoso de. **Controle penal da corrupção: limites e possibilidades do Direito Penal como forma de proteção da ordem econômica.** 2015. 158 f. Dissertação, (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, PUCRS. Porto Alegre. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/7376>>. Acesso em: 15 set. 2015.
 13. LUZ, Denise Nachtigall. **Improbidade administrativa e o devido processo legal: valorando as garantias constitucionais penais para a composição de um espaço próprio no Direito Administrativo Sancionador Brasileiro.** Porto Alegre, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4213>
 14. XAVIER, Christiano Pires Guerra. **Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso.** 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito Campo de Conhecimento: Direito dos Negócios) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13726>>. Acesso em: 16 set. 2015.

5. *Direito comparado*

1. ALFONSO LASO, Daniel de. **La corrupción pública a través del delito de cohecho: doble perspectiva: la del particular, y la del funcionario público.** Fundación Democracia y Gobierno Local, Espanha, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.gobiernolocal.es/xmlui/bitstream/handle/10873/672/02%20qdl%2024.%20de%20alfonso%20lazo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 set. 2015. **(Espanha)**
2. ANWAR, Hanifa. Political Economy of Foreign Aid: Evidence from Asian Countries. **Journal of Global and Scientific Issues**, v. 2, n. 1, p. 45-56, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.globalcentre.org/uploads/JGSI%20%20P%2045-56.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Estados Unidos)**
3. ARROYO CHACÓN, Jennifer Isabel. Propuesta para mejorar la efectividad de la declaración jurada de bienes como un instrumento en la lucha contra la corrupción en la función pública. **Ciencias Económicas**, p. 449, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?action=interpret&id=GALE%7CA304940577&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w&authCount=1>>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Costa Rica)**
4. AUSÍN, Txetxu. Ética de las administraciones. **Eunomía: Revista em Cultura de la Legalidad**, Madrid, Espanha, n. 1, p. 141-147, sep. 2011/feb. 2012. Disponível em: <http://eunomia.tirant.com/wp-content/uploads/2011/12/12_Eunomia_Ausin.pdf> . Acesso em: 20 set. 2015. **(Espanha)**
5. BECERRA, Carolina; LEDESMA, Anália; ZAMBONI, I. Corrupción de los funcionarios públicos en el marco del Art. 265° del código penal argentino. **Derecho y Cambio Social**, v. 8, n. 23, 2010/2011. Disponível em: http://www.derechoycambiosocial.com/revista023/Corrupcion_de_funcionarios.pdf. Acesso em: 23 set. 2015. **(Argentina)**
6. BUZATU, N. E. Aspects regarding the penal responsibility of public officers. **International Journal of Juridical Sciences**, n. 1, p. 13-16, 2012. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/agoraijs2012&div=7&collection=journals&set_as_cursor=0&men_tab=srchresults&terms=public%20officer|and|government%20corruption&type=matchall>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Romênia)**
7. CARRETERO SÁNCHEZ, Santiago. Corrupción, funcionarios públicos y papel de la deontología. **Revista Telemática de Filosofía del Derecho**, n. 13, 2010. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3699833>>. Acesso em: 23 set. 2015. **(Europa)**
8. CRONIN, Alison. Misconduct in public office: dishonesty is an element if misconduct amounts to theft or fraud court of appeal (Criminal Division). **The Journal of Criminal Law**, n. 74, Aug. 2010. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/jcriml74&div=53&g_sent=1&collection=journals>. Acesso em: 21 set. 2015. **(Estados Unidos)**
9. DE VISSER, Jaap; STEYTLER, Nico; MACHINGAUTA, Naison (Ed.). **Local government reform in Zimbabwe: a policy dialogue.** Bellville: Community Law Centre, 2010. 151 p.

- Disponível em: <http://p09.opennetworks.co.za/ldphs.org.za/publications/publications-by-theme/local-government-in-africa/De%20Visser-%20Steytler%20and%20Machingauta%20-%20The%20Future%20of%20Local%20Government%20in%20Zimbabwe%20-%20A%20Policy%20Dialogue.PDF#page=156>. Acesso em: 21 set. 2015. **(Zimbábue)**
10. DENG, Xiaogang; ZHANG, Lening; LEVERENTZ, Andrea. Official corruption during China's economic transition: historical patterns, characteristics, and government reactions. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 26, n.1, p. 72-88, Feb. 2010. **(China)**
11. DÍAZ RESTREPO, Juan Carlos. El Enriquecimiento Ilícito de servidores públicos. **Temas Socio-Jurídicos**, v. 27, n. 56, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unab.edu.co/index.php?journal=sociojuridico&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=7>>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Espanha)**
12. DOE, Lubin. Gestión de las finanzas públicas y corrupción. **Revista Internacional de Presupuesto Público**, Argentina, v. 37, n. 71, nov./ dic. 2009. Disponível em:<<http://www.asip.org.ar/es/node/9861>>. Acesso em: 23 set. 2015. **(Argentina)**
13. DUNNING, Casey; KARVER, Jonathan; KENNY, Charles. **Hating on the Hurdle: Reforming the Millennium Challenge Corporation's Approach to Corruption**. Disponível em: <<http://international.cgdev.org/sites/default/files/hating-hurdle-handling-corruption-mcc.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Estados Unidos)**
14. FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos. **El crimen organizado en el marco de la corrupción pública y privada**. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldl/article/viewFile/682/770>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Espanha)**
15. GARCÍA, Davi Martínez. La corrupción y su efecto retroalimentativo: Una de las mayores amenazas a la democracia. **Letras Jurídicas**, Xalapa, v. 15, n. 29, p. 107-118, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.uv.mx/index.php/letrasjuridicas/article/view/1538>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(México)**
16. GHALWASH, Tarek. Corruption and economic growth: evidence from Egypt. **Modern Economy**, n. 5, p. 1001-1009, 2014. Disponível em: <http://file.scirp.org/Html/1-7200866_49453.htm>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Egito)**
17. GACHIGUA, Sammy Gakero. Should public officers make open declarations of their wealth? Kenyan parliamentary discourse on the fight against corruption. **Papers From The Lancaster University Postgraduate Conference In Linguistics & Language Teaching**, Lancaster, p. 114-132, 2012. Disponível em: <http://www.ling.lancs.ac.uk/pgconference/v06/LAEL_Volume6_2012.pdf#page=115>. Acesso em: 22 set. 2015. **(Quênia)**
18. GURGUR, Tugrul; SHAH, Anwar. Localization and Corruption: Panacea or Pandoras Box? **Annals of Economics and Finance**, Beijing, v. 15, n. 1, p. 109–136, 2014. Disponível em: <<http://down.aefweb.net/AefArticles/aef150103Gurgur.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(China)**

19. HERNÁIZ, Carlos Enrique; PHÉLAN, Mauricio; CAMACHO, Jonathan. Sobre las mediciones de corrupción y su relación con el desarrollo y el bienestar en América Latina. **Paradigmas: una Revista Disciplinar de Investigación**, v. 6, n. 2, p. 131-177, 2014. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4942048>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Espanha)**

20. JARCHO, Nicholas; SHECHTER, Neal. Public Corruption. **American Criminal Law Review**, n. 2, v. 49, p. 1107 to 1156, Spring 2012. **(Estados Unidos)**

21. JACKSON, Paula et al. **South African governance in review: anti-corruption, local government, traditional leadership**: South African governance in review: anti-corruption, local government, traditional leadership. Cidade do Cabo: South African Governance in Review: Anti-corruption, Local Government, Traditional Leadership, 2009. Disponível em: <<http://www.hsrcpress.ac.za/product.php?productid=2261cat=36page=1&freedownload=1>>. Acesso em: 21 set. 2015. **(África do Sul)**

22. KIM, Kyungho; LIM, Hyunwoo. Country-Specific Experience, Host Country Government Corruption, and Outward Foreign Direct Investment By Korean Textile Firms. **Journal of Applied Business Research**, v. 30, n. 4, July/Aug. 2014. Disponível em: <<http://cluteinstitute.com/ojs/index.php/JABR/article/view/8659>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Estados Unidos)**

23. KORKOR, Samer; RYZNAR, Margaret. Anti-Bribery legislation in the United States and United Kingdom: a comparative analysis of scope and sentencing. **Missouri Law Review**, v. 76, p. 415-453, 2011. **(Estados Unidos)**

24. LLOBET RODRÍGUEZ, Javier. **La corrupción pública como parte de la criminalidad de los poderosos**. Disponível em: <<http://www.revistas.ucr.ac.cr/index.php/RDMCP/article/view/15825>>. Acesso em: 14 set. 2015. **(Costa Rica)**

25. LUJÁN FLORES, María del. Algunos aspectos de la lucha contra la corrupción en el ámbito interamericano. **Agenda Internacional**, v. 11, n. 22, p. 131-149. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/agendainternacional/article/download/10452/10919>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Peru)**

26. MANALICH R., Juan Pablo. La malversación de caudales públicos y el fraude al fisco como delitos especiales. **Política Criminal**, Santiago, v. 7, n. 14, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33992012000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Chile)**

27. MARK ARONSON (New South Wales). University Of New South Wales. **Misfeasance in Public Office**: a very peculiar tort. Disponível em: <<http://law.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1290&context=unswwps-flrps11>>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Australia, Nova Zelândia, Inglaterra e Canadá)**

28. MARTÍNEZ CÁRDENAS, Edgar Enrique; RAMÍREZ MORA, Juan Manuel. La corrupción en la administración pública: un perverso legado colonial con doscientos años de vida republicana. **Reflexión Política**, v. 12, n. 23, 2010. Disponível em:

- <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3268410>>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Colômbia)**
29. MATA BARRANCO, Norberto Javier de la. El funcionario público ante el Derecho Penal. **Revista Jurídica de Castilla y León**, n. 20, p. 17-78, 2010. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3121878&orden=279995&info=link>>. Acesso em: 23 set. 2015. **(Espanha)**
30. MOTA JUNIOR, João Francisco da. La protección del funcionario público denunciante “whistleblower”: un enfoque en la reciente tutela jurídica brasileña. **Derecho Y Cambio Social**, Peru, n. 29, p.1-14, 01 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.derechoycambiosocial.com/revista029/proteccion al funcionario denunciante.pdf](http://www.derechoycambiosocial.com/revista029/proteccion%20al%20funcionario%20denunciante.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2015. **(Brasil)**
31. MULLER CREEL, Oscar A.. La responsabilidad civil del servidor público en el combate a la corrupción. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, v. 57, n. 214, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182012000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2015. **(México)**
32. MUÑOZ LORENTE. José. Los delitos de tráfico de influencias (Situación actual y propuestas de reforma en la lucha contra la corrupción). **Eunomía: Revista em Cultura de la Legalidad**, Madrid, Espanha, n. 4, p. 73-101, mar./ago. 2013. Disponível em: <[http://eunomia.tirant.com/wp-content/uploads/2011/12/12 Eunomia Ausin.pdf](http://eunomia.tirant.com/wp-content/uploads/2011/12/12_Eunomia_Ausin.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Espanha)**
33. NICHOLLS QC, Colin; DANIEL, Timothy; BACARESE, Alan; HATCHARD John. Corruption and misuse of public office. New York: Oxford University Press, 2011. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MoYNfjdEy7kC&oi=fnd&pg=PP2&dq=%22misconduct+in+a+public+office%22&ots=4El4DbQmJC&sig=OONtrE1H_MucG5wx6ZgOtnRm4Gk#v=onepage&q=%22misconduct%20in%20a%20public%20office%22&f=false>. Acesso em: 21 set. 2015.
34. NIGERIA. Dominic Asada. University Of Jos Nigeria. **The Framework for curbing corruption in Nigeria: the anti-corruption act in perspective**. Disponível em: <<http://cluster1.unijos.edu.ng/bitstream/10485/1452/1/The%20Framework%20for%20Curbing%20Corruption%20in%20Nigeria.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015. **(Nigeria)**
35. NGUGI, John Karanja; MUGO, Hildah W. **Internal factors affecting procurement process of supplies in the public sector; a survey of Kenya government ministries**. Disponível em: <<http://www.ippa.org/IPPC5/Proceedings/Part8/PAPER8-9.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Quênia)**
36. OLIVEIRA, Frederico Resende de. **Comparative study between the North American and Brazilian systems of combating corruption**. Washington: The George Washington University, 2011. 64 p. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~ibi/minerva/Fall2011/Frederico.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.
37. OTERO GONZÁLEZ, Pilar. Abuso de información privilegiada de funcionario (delito de). **Eunomía: Revista em Cultura de la Legalidad**, Madrid, Espanha, n. 1, p. 167-172, sept.

- 2011/feb. 2012. Disponível em: <http://eunomia.tirant.com/wp-content/uploads/2011/12/16_Eunomia_Otero.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.
38. PARSONS, Simon. Misconduct in a public office: should it still be prosecuted. **Journal of Criminal Law**, n. 2, v. 76, p. 179-186, April 2012. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/jcriml76&div=31&collection=journals&set_as_cursor=32&men_tab=srchresults&terms=public%20officer|corruption|mischconduct|embezzlement&type=matchall>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Estados Unidos)**
39. PRASAD, Ambika; SHIVARAJAN, Sridevi. Understanding the role of technology in reducing corruption: a transaction cost approach. **Journal of Public Affairs**, v. 15, n. 1, p. 22-39, 2015. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pa.1484/pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.
40. RIDAO MARTÍN, Joan. La transparencia y el control económico-financiero de los partidos políticos en España. **Cuadernos Manuel Giménez Abad**, n. 7, p. 211-222, jun. 2014. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4757508>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Espanha)**
41. RYZNOR, Margaret; KORKOR, Samer. Anti-Bribery legislation in the United States and United Kingdom: a comparative analysis of scope and sentencing **Missouri Law Review**, v. 76, n.2, p. 415-454, Spring 2011. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/molr76&div=17&collection=journals&set_as_cursor=2&men_tab=srchresults&terms=public%20officer|and|mischconduct|and|bribery&type=matchall>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Estados Unidos e Inglaterra)**
42. SHRIVASTA, Utkarsh. **ICT Development and Corruption: An Empirical Study**. Twentieth Americas Conference on Information Systems, Savannah, 2014. Disponível em: <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1602&context=amcis2014&seiredir=1&referer=https%3A%2F%2Fscholar.google.com.br%2Fscholar%3Fq%3D%2522corruption%2Bgovernment%2522%26btnG%3D%26hl%3Dpt-BR%26as_sdt%3D0%252C5%26as_ylo%3D2014#search=%22corruption%20government%22>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Estados Unidos)**
43. SOUSA, Josélio Azevedo de. **Corrupción pública y su enfrentamiento criminal en Brasil y España: análisis desde la actuación de la policía judicial**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Universitario en Corrupción y Estado de Derecho). Universidad de Salamanca, Espanha, 2014. Disponível em: <<http://gedos.usal.es/xmlui/handle/10366/123879>>. Acesso em: 14 set. 2015. **(Espanha)**
44. STENGEL, Andrew M. Albany's decade of corruption: public integrity enforcement after *skilling v. United States*, New York's dormant honest services fraud statute, and remedial criminal law reform. **Albany Law Review**, v. 76, n. 2, p. 1357-1408, 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.albanylawreview.org/articles/1357%20Stengel.MLD.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Estados Unidos)**
45. SKEFFERS, Isabella. **A critical examination of Namibia's international legal obligations in terms of the United Nations convention against corruption in comparison with the french legal system**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, University

- Of Namibia, Namibia, 2010. Disponível em: <<http://www.wis.unam.na/theses/skeffers2010.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Namíbia)**
46. SYLVESTER, Iorliam T. The Dialectics between Physical Plans and Physical Development in Contemporary Urban Nigeria: Empirical Evidence from the Kighir-Adeke Layout, Makurdi, Nigeria. **Academic Research International**, v. 5, p. 142-152, 2014. Disponível em: <[http://www.savap.org.pk/journals/ARInt./Vol.5\(4\)/2014\(5.4-16\).pdf](http://www.savap.org.pk/journals/ARInt./Vol.5(4)/2014(5.4-16).pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Paquistão)**
47. TERRADILLOS BASOCO, Juan María. **Corrupción, globalización y derecho penal económico**. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechopucp/article/download/13585/14209>>. Acesso em: 14 set. 2015. **(Peru)**
48. TIPTON, D. Taylor. Public corruption. **American Criminal Law Review**, v. 48, n. 2, p. 1025-1074, Spring 2011. **(Estados Unidos)**
49. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (Org.). **Corruption in Afghanistan: Bribery as reported by the victims**. Afeganistão, 2010. 42 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_en&id=R-cbtWBQewsC&oi=fnd&pg=PA17&dq=%22public+officer%22+corruption+and+bribery+and+misconduct+&ots=jPGQQA2Lx2&sig=XjpkaN4WM8-5jfvLAMdS-Sxt0Tc#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 set. 2015. **(Afeganistão)**
50. VERA MARTÍNEZ, Martín Cutberto; ROMERO, David Rocha; MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, María Concepción. El modelo de gobierno abierto en América latina. Paralelismo de las políticas públicas de transparencia y la corrupción. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, n. 53, p. 85-103, set. 2015. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5169818>>. Acesso em: 14 set. 2015. **(Costa Rica)**
51. VILLORIA, Manuel. Corrupción pública. **Eunomía: Revista en Cultura de la Legalidad**, Madrid, n. 5, p. 159-167, set. 2013/feb. 2014. Disponível em: <<http://e-revistas.uc3m.es/index.php/EUNOM/article/view/2175>>. Acesso em: 14 set. 2015. **(Espanha)**
52. ZAMAN, Gheorghe. The impact of international economic crises on corruption in Romania. Disponível em: <<http://www.ecocyb.ase.ro/nr20141/Zaman%20Gheorghe.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015. **(Romania)**